

C O O R D E N A D O R A S

Joyceane Bezerra de **Menezes** • Fernanda **Nunes Barbosa**

A Prioridade da Pessoa Humana no Direito Civil-Constitucional

Estudos em Homenagem a **Maria Celina Bodin de Moraes**

2024 © Editora Foco

Coordenadoras: Joyceane Bezerra de Menezes e Fernanda Nunes Barbosa

Autores: Ana Frazão, Ana Paula Bodin Gonçalves Agra, Ana Luiza Maia Nevaes, André Abelha,

Antonio dos Reis Júnior, Carlos Affonso Souza, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho,

Chiara Spadaccini de Tefé, Daniel Bucar, Eduardo Nunes de Souza, Eugênio Facchini Neto,

Felipe Zaltman Saldanha, Fernanda Nunes Barbosa, Flávia de Almeida Viveiros de Castro, Gabriel Schulman,

Gustavo Kloh Muller Neves, João Quinelato, José Roberto de Castro Neves, Joyceane Bezerra de Menezes,

Leonardo Mattietto, Luciana Dadalto, Luiz Edson Fachin, Marcelo Junqueira Calixto, Maria Cristina De Cicco,

Mariana Silveira Sacramento, Mario Viola, Marlan de Moraes Marinho Jr., Raquel Bellini de Oliveira Salles,

Renata Vilela Multedo, Roberta Mauro Medina Maia, Rodrigo da Guia Silva,

Rosângela Maria de Azevedo Gomes, Rose Melo Vencelau Meireles, Sandra Soares Viana, Sérgio Branco,

Thaís Fernanda Tenório Sêco, Thiago Ferreira Cardoso Neves, Vitor Almeida e Vladimir Mucury Cardoso

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Assistente Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Imagem de Capa: PROPERTY FROM A PRIVATE EUROPEAN COLLECTION, Paul Klee (1879-1940). Gesetz (Law)

Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima

Impressão miolo e capa: DOCUPRINT

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data de seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (1.2024) Data de Fechamento (1.2024)

2024

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

SUMARIO

APRESENTAÇÃO

Joyceane Bezerra de Menezes e Fernanda Nunes Barbosa VI

PARTE I

DIREITO DIGITAL E A TUTELA DA PESSOA

DIREITO AO LIVRE PENSAMENTO NA ERA DIGITAL: A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DAS PESSOAS CONTRA AS MÚLTIPLAS E VARIADAS ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO

Ana Frazão 3

MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E RESPONSABILIDADE CIVIL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA, ESTADUNIDENSE E EUROPEIA

Chiara Spadaccini de Teffé e Carlos Affonso Souza 25

A TUTELA DA CRIPTOGRAFIA DE *PONTA-A-PONTA* À LUZ DA CONSTITUIÇÃO

Felipe Zaltman Saldanha 39

A PROPRIEDADE COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DA PESSOA: NOTAS SOBRE A TUTELA DO ADQUIRENTE DE BENS DIGITAIS

Roberta Mauro Medina Maia 57

OBRAS CRIADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E A CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO AUTORAL BRASILEIRO

Sérgio Branco 75

PARTE II

AUTONOMIA PRIVADA ENTRE A LIBERDADE E O DEVER

A FUNÇÃO DO TESTAMENTO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Ana Luiza Maia Nevares 93

CONDOMÍNIO EDILÍCIO: CRITÉRIOS NA PRIVATIZAÇÃO E RETOMADA DE PARTES COMUNS

André Abelha 117

O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Daniel Bucar e Mario Viola	141
A CAUSA DO CONTRATO (E UM OLHAR EM DIREÇÃO À PESSOA HUMANA)	
Eduardo Nunes de Souza.....	157
A ANÁLISE DAS PARTES COMO ELEMENTO DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS	
José Roberto de Castro Neves	183
PODERES DO JUIZ, FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E EQUILÍBRIO CONTRATUAL NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL	
Maria Cristina De Cicco	199
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
Marlan de Moraes Marinho Jr.	221
A AUTOTUTELA CONTRATUAL NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL	
Raquel Bellini de Oliveira Salles.....	239
PACTOS NO FIM DA CONJUGALIDADE E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: DESAFIOS ENTRE AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE	
Renata Vilela Multedo e Ana Paula Bodin Gonçalves Agra.....	259
POR UM DIREITO CONTRATUAL NA MEDIDA DA PESSOA HUMANA: DIGNIDADE E TUTELA DAS VULNERABILIDADES CONTRATUAIS	
Rodrigo da Guia Silva.....	275
NOTAS SOBRE O DEVER DE RENEGOCIAR NO DIREITO BRASILEIRO	
Vladimir Mucury Cardoso	289

PARTE III
RESPONSABILIDADE CIVIL

DO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL AO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO EFICIENTE: UM NOVO OLHAR PARA A TUTELA DA VÍTIMA	
Antonio dos Reis Júnior	313

OS NOVOS DANOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO COMPARADO E BRASILEIRO: <i>NECESSIDADE, CONVENIÊNCIA OU INADEQUAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE NOVAS ETIQUETAS</i>	
Eugênio Facchini Neto.....	333
CORPOS FEMININOS, SOCIEDADE DE CONSUMO E O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO NA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA	
Fernanda Nunes Barbosa.....	353
O FIADOR, O LOCADOR E O ENCARGO DE EVITAR O PRÓPRIO DANO: RELEITURA DO PRINCÍPIO <i>DUTY TO MITIGATE THE LOSS</i> À LUZ DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL	
Flávia de Almeida Viveiros de Castro	369
NOVOS CONTORNOS DA PRESCRIÇÃO E A IMPRESCRITIBILIDADE DA REPARAÇÃO DE DANOS A DIREITOS FUNDAMENTAIS. OLHARES SOBRE FLUIR DO TEMPO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA	
Gabriel Schulman.....	381
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA: O ART. 931 DO CÓDIGO CIVIL E A ANTIJURIDICIDADE	
João Quinelato	397
O CARÁTER PUNITIVO DA REPARAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	
Marcelo Junqueira Calixto	425
DANOS MORAIS <i>POST MORTEM</i>	
Rose Melo Vencelau Meireles.....	433
PARTE IV	
PRINCÍPIOS E CATEGORIAS IMPORTANTES À TUTELA DA PESSOA	
ITINERÁRIO DA LESÃO AO TEMPO	
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho.....	449
A IMPRESCRITIBILIDADE DE DIREITOS COMO FORMA DE PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA	
Gustavo Kloh Muller Neves.....	469

O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E AS SUAS POSIÇÕES JURÍDICAS	
Joyceane Bezerra de Menezes	483
A IGUALDADE SUBSTANCIAL COMO PRECEITO FUNDANTE PARA O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO CIVIL	
Leonardo Mattietto	501
EM BUSCA DE UMA VIDA BIOGRÁFICA: REFLEXÕES BIOJURÍDICAS SOBRE O DIREITO (DEVER?) DE VIVER	
Luciana Dadalto	513
A SOLIDARIEDADE COMO VALOR FUNDAMENTAL COMUM	
Luiz Edson Fachin e Sandra Soares Viana.....	529
A DIGNIDADE HUMANA E A BUSCA PELO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR: <i>INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS</i>	
Mariana Silveira Sacramento	545
A MORADIA DIGNA NA PROMOÇÃO DA PESSOA HUMANA	
Rosângela Maria de Azevedo Gomes.....	561
O HORIZONTE HISTÓRICO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA JURÍDICA A PARTIR DA OBRA DE MARIA CELINA BODIN DE MORAES	
Thaís Fernanda Tenório Sêco.....	573
A TUTELA JURÍDICA DO NASCITURO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Thiago Ferreira Cardoso Neves	591
O DIREITO AO SOBRENOME E ANCESTRALIDADE ÉTNICA-FAMILIAR	
Vitor Almeida	613